



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

CONTRATO CFMV Nº 03/2021

INSTRUMENTO DE CONTRATO PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
MENSAGEIRO MOTORIZADO (MOTOBOY),
QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO
FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA –
CFMV E A EMPRESA JDR SERVICES LTDA.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV, Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.517, de 23/10/1968, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.119.784/0001-71, sediada nesta Capital Federal, no SIA, Trecho 6, Lotes 130 e 140, CEP 71205-060, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Presidente, FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA, brasileiro, casado, médico veterinário, inscrito no CRMV-SP nº 1012, portador da cédula de identidade RG nº 9.796.992-8, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 038.272.757-68, e a empresa **JDR SERVICES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.463.530/0001-09, sediada na cidade de Brasília-DF, QSD 53, nº 1, Loja 1, Parte A, Edifício Adonai, Taguatinga Sul, CEP 72020-530, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela sua Sócia, DANIELLE FERREIRA GONÇALVES, brasileira, solteira, advogada, inscrita no CPF/MF sob o nº 011.159.931-86, portadora da cédula de identidade nº 2.419.610, expedida pela SSP/DF, em conformidade com a documentação contida nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 3130/2020**, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com minuta examinada e aprovada pela Assessoria Jurídica, “ex vi” do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, este **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATIVIDADE DE 01 (UM) MENSAGEIRO MOTORIZADO (MOTOBOY), INCLUINDO O FORNECIMENTO DO VEÍCULO (MOTOCICLETA) E TODO INSUMO NECESSÁRIO À EXECUÇÃO DESTES SERVIÇOS**, em decorrência do **Pregão Eletrônico CFMV nº 01/2021 (UASG 389185)**, e que se regerá pelas disposições da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 10.024/2019, do Decreto nº 9.507/2018, do Decreto nº 7.746/2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05/2017 e nº 03/2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 8.538/2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de atividade de 01 (um) mensageiro motorizado (motoboy), com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento do veículo (motocicleta) e todo insumo necessário à execução deste serviço para o Conselho Federal de Medicina



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Veterinária – CFMV, em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, em especial, o Termo de Referência.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do **Pregão Eletrônico CFMV nº 01/2021**, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de **20/04/2021** e encerramento em **20/04/2022**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE promoverá reunião inicial com a CONTRATADA para apresentação das condições gerais relativas à execução dos serviços como o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros aspectos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

2.5. Os assuntos tratados na reunião inicial serão registrados em ata e, preferencialmente, devem estar presentes o gestor, o fiscal ou equipe responsável pela fiscalização do contrato, o preposto da empresa.

2.6. A CONTRATANTE, sempre que julgar necessário por critérios de conveniência e oportunidade, realizará reuniões periódicas com o preposto, de modo a garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 3.733,25 (três mil, setecentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos)**, perfazendo o valor total anual de **R\$ 44.799,00 (quarenta e quatro mil, setecentos e noventa e nove reais)**, conforme tabela abaixo:

Item	Tipo Serviço	Qtde.	Custo Mensal	Custo Anual
1	Mensageiro motorizado (motoboy) CBO - 5191	1	R\$ 3.733,25	R\$ 44.799,00

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive materiais/insumos, tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes deste objeto estão previstas na Nota de Empenho nº 213, sob Rubrica nº 6.2.2.1.1.01.02.02.006.081 – Locação de Mão de Obra de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional – Serviço Terceirizado – PJ, do plano de contas em vigor¹.

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A forma de prestação dos serviços são as estabelecidas no **Item 04** do Termo de Referência, anexo a este Contrato e ao Edital.

¹ Nota de Empenho: 213. Exercício: 2021. Tipo: Global. Modalidade: Pregão Eletrônico. Centro de Custos: 1.01.02.004 – Serviços de Terceiros e Encargos. Valor da Nota: R\$ 31.250,00 (ref. ao período de 20/04 a 31/12/2021).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

6. CLÁUSULA SEXTA – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A metodologia de avaliação e acompanhamento da execução dos serviços são as estabelecidas no **Item 06** do Termo de Referência, anexo a este Contrato e ao Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS INSUMOS

7.1. As regras dos insumos são as estabelecidas no **Item 07** do Termo de Referência, anexo a este Contrato e ao Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. As regras para o pagamento são as estabelecidas no **Item 17** do Termo de Referência, anexo a este Contrato e ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA – DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

9.1. As regras da conta-depósito vinculada são as estabelecidas no **Item 18** do Termo de Referência, anexo a este Contrato e ao Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

10.1. As regras da repactuação e reajuste são as estabelecidas no **Item 20** do Termo de Referência, anexo a este Contrato e ao Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme o **Item 16** do Termo de Referência, anexo a este Contrato e ao Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

12.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas nos **Itens 10 e 11** do Termo de Referência, anexo a este Contrato e ao Edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no **Item 15** do Termo de Referência, anexo a este Contrato e ao Edital.

Este documento foi assinado digitalmente por Danielle Ferreira Gonçalves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 4354-C2F7-4811-8187.

Contrato CFMV nº 03/2021
Página 4



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO

14.1. As regras da rescisão são as estabelecidas no **Item 21** do Termo de Referência, anexo a este Contrato e ao Edital.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES

15.1. É vedado à CONTRATADA:

15.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17.2. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. As partes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal (Art.109, I, CRFB/88), como o competente para dirimir quaisquer questões provenientes deste contrato eventualmente não resolvidas no âmbito administrativo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em duas vias de igual teor e forma, pelas partes contratantes, tendo sido arquivado em ordem cronológica no CFMV, com registro sistemático de seu extrato, e dele extraídas as cópias necessárias.

Brasília-DF, 07 de abril de 2021.

FRANCISCO CAVALCANTI
DE ALMEIDA:03827275768

Digitally signed by FRANCISCO CAVALCANTI DE
ALMEIDA:03827275768
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=ARSPERPRO, ou=RFB e-CPF A3, cn=FRANCISCO
CAVALCANTI DE ALMEIDA:03827275768
Date: 2021.04.07 16:44:46 -03'00'

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA – CFMV
FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Contratante

JDR SERVICES LTDA
DANIELLE FERREIRA GONÇALVES
Contratada

Testemunhas:

1. _____
CI/CPF:
2. _____
CI/CPF:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ANEXO I. TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada com dedicação exclusiva de mão de obra na prestação de serviço de atividade de 01 (um) mensageiro motorizado (motoboy), incluindo o fornecimento do veículo (motocicleta) e todo insumo necessário à execução destes serviços, para o Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV, em Brasília/DF.

Tipo de Serviço	Jornada de Trabalho	Quantidade de Profissionais	Quantidade de Postos
Motoboy	08 (oito) horas diárias	01 (um)	01 (um)

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. (...)

3. DA QUALIFICAÇÃO ECÔNOMICO-FINANCEIRA / QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1. (...)

4. DA FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão demandados a partir da sede do Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV, localizado no SIA Trecho 06, Lotes 130 e 140 – CEP: 71205-060 – Brasília-DF.

4.2. A jornada de trabalho diária será de 08 (oito) horas, conforme previsto por lei, de segunda a sexta-feira, com intervalo de 01 (uma) hora para descanso, podendo ocorrer algumas demandas aos sábados, que será previamente agendado com preposto da Contratada, limitado a jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

4.3. Não há previsão para execução de serviço em horas extraordinárias à jornada de trabalho, conseqüentemente não há previsão para pagamento das mesmas nesta contratação.

4.4. ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS MÍNIMOS - PROFISSIONAL: MOTOBOY

4.4.1. Para garantir a perfeita execução dos serviços, a relação de atividades a serem realizadas pelo profissional é composta pelas seguintes atribuições, periodicidades e requisitos mínimos:

4.4.1.1. Coletar e entregar documentos ou encomendas, materiais (pequenos volumes) em órgãos públicos, empresas, instituições bancárias, cartórios, tribunais, etc., roteirizando os trajetos de acordo com as prioridades e horários de expedientes;

4.4.1.2. Realizar serviços bancários diversos, efetuando pagamento de contas, depósitos de valores (pequeno / médio vultos), priorizando as datas de vencimentos e observando horários de expedientes das instituições;

4.4.1.3. Realizar serviços de cartórios, tais como autenticações de documentos, retirada de certidões, dentre outras pesquisas conforme determinações;

4.4.1.4. Localizar e conferir destinatários e endereços, bem como emitir e coletar recibos do material transportado e preencher protocolos, sempre que necessário;

4.4.1.5. Registrar, em controles específicos, os trabalhos realizados, bem como as anomalias e problemas ocorridos no dia;

4.4.1.6. Manter o veículo (motocicleta) em condições de uso, cuidando das manutenções e reparos necessários;

4.4.1.7. Executar outras tarefas correlatas e de acordo com determinações da chefia imediata;

4.4.1.8. A área de atuação do motoboy será no Plano Piloto, cidades satélites e entorno de Brasília.

4.5. DOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS:

4.5.1. Para exercício das atividades, o prestador de serviço (motoboy), deverá:

4.5.1.1. Possuir Nível Fundamental, desejável possuir 2º grau;

4.5.1.1.1. A exigência do subitem 4.5.1.1 deverá ser comprovada mediante certificado e entregue (cópia autenticada) no ato de apresentação do prestador de serviço ao gestor do contrato no início da execução contratual;

4.5.1.1.2. A exigência do subitem 4.5.1.1 deve-se a necessidade de muitas vezes o profissional saber interpretar a demanda de documentos para entrega, coleta e protocolo com destinatários específicos a exemplo de cartórios, órgãos do poder judiciário, gerências bancárias, dentre outros especificados no item 4.5 e subitens.

4.5.1.2. Ter no mínimo 01 (ano) ano de experiência na atividade de motoboy e habilitação para dirigir motocicletas por pelo menos 2 (dois) anos, preferencialmente no âmbito do Distrito Federal e entorno;

4.5.1.2.1. A exigência do subitem 4.5.1.2 deverá ser comprovada mediante registro na CTPS e CNH, respectivamente, que deverão ser apresentadas no início da execução contratual;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- 4.5.1.3.** Pelo descumprimento das comprovações exigidas nos subitens 4.5.1.1.1 e 4.5.1.2 que impactam diretamente na plena execução do serviço, estará a Contratada sujeita a aplicação de sanções contratuais ou até mesmo a rescisão do contrato.
- 4.5.1.4.** Ter habilidade no atendimento, executando-o com eficiência, eficácia e destreza na direção em trânsitos caóticos;
- 4.5.1.5.** Ser pró-ativo, gentil nos atendimentos e equilibrado emocionalmente;
- 4.5.1.6.** Respeitar o uso obrigatório de EPIs (Equipamentos de Proteções Individuais) e demais observações contidas na Resolução nº 356, de 02 de agosto de 2010 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, a fim de evitar o envolvimento em acidentes;
- 4.5.1.7.** Ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do Contran, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com Carteira Nacional de Habilitação – CNH compatível com o veículo a ser utilizado devidamente regularizada;
- 4.5.1.8.** Estar vestido com colete de segurança dotado de dispositivos retrorrefletivos, nos termos da regulamentação do Contran.
- 4.5.1.9.** Para o exercício das atividades, o veículo (motocicleta) apresentado pelo Licitante, conforme Lei nº 12.009/2009 deverá ter:
- 4.5.1.10.** Registro como veículo da categoria de aluguel;
- 4.5.1.11.** Motocicleta em excelentes condições de funcionamento e conservação, com todas as revisões periódicas necessárias e devidamente atualizadas, sem ônus para o CFMV, de acordo com o recomendado pelo fabricante em seus manuais, motorização mínima de 125 cilindradas;
- 4.5.1.12.** Motocicleta com dispositivo do tipo fechado (baú) para transporte de documento e objetos de pequeno volume, na parte traseira da motocicleta, com no mínimo 90 (noventa) litros de capacidade, que possua fechadura e trava, na forma estabelecida em regulamentação pertinente expedida pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;
- 4.5.1.13.** Instalação de protetor de motor mata-cachorro, fixado no chassi do veículo, destinado a proteger o motor e a perna do condutor em caso de tombamento, nos termos de regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito – Contran;
- 4.5.1.14.** Instalação de aparador de linha antena corta-pipas, nos termos de regulamentação do Contran;
- 4.5.1.15.** Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
- 4.5.1.16.** Possuir equipamentos obrigatórios e os padrões de visualização definidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e/ou órgãos públicos competentes.
- 4.5.1.17.** Os serviços deverão ser executados por profissionais treinados, uniformizados e munidos de telefonia móvel;
- 4.5.1.18.** O veículo motocicleta a ser utilizado e respectivo condutor deverá observar as disposições contidas no Código Brasileiro de Trânsito, instituído pela Lei nº 9.503, de 23.09.97, e as atualizações introduzidas pelas Leis no 9.602, de 21.01.1998, no 9.792, de 14.04.1999 e no 10.517, de 11.07.2002 e alterações, inclusões e exclusões posteriores ao Código Brasileiro de Trânsito que impactem a prestação dos serviços em questão.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. (...)

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1.** A CONTRATANTE utilizará o modelo de Instrumento de Medição de Resultado – IMR, próprio, para avaliação da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA.
- 6.2.** O Instrumento de Medição de Resultado – IMR, poderá dar subsídio para o atesto da nota fiscal e conseqüentemente o pagamento dos serviços efetivamente prestados, ressaltando que o IMR não é punitivo, mas avaliativo e utilizado, se necessário, para fundamentar possíveis penalidades à CONTRATADA nos casos de falha ou inexecução contratual.
- 6.3.** A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo gestor/fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 6.4.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis para efetiva execução dos serviços, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com este instrumento c/c ao previsto na Lei nº 8.666/93 e o art. 7º da Lei nº 10.520/2002.
- 6.5.** O descumprimento contratual, por ínfima ou pequena diferença, em indicadores não relevantes ou críticos, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.
- 6.6.** A não entrega dos uniformes, materiais, equipamentos e utensílios dentro do prazo estipulado em contrato, poderá ensejar na aplicação de sanções contratuais pelo inadimplemento da CONTRATADA.
- 6.7.** A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será exercida por meio de Preposto indicado pela CONTRATADA, para representa-la legalmente, conforme art. 68 da Lei nº 8.666/93, por meio de documento formal (carta de indicação) entregue ao Gestor do Contrato.
- 6.8.** Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos constante no item 4.5 e seguintes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

6.9. Como indicador de fiscalização primordial, caberá à CONTRATADA, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, enviar as folhas de registro de ponto dos colaboradores, podendo ser cópias ou originais, desde que devidamente conferidas e assinadas pelo empregado e pelo preposto designado, e comprovante de depósito dos salários e benefícios, juntamente com a documentação descrita no item 19.2.1 deste Termo de referência e emissão da nota fiscal, conforme item 19. "DO PAGAMENTO".

7. DOS INSUMOS

7.1. Contratada deverá fornecer aparelho celular para o prestador ("motoboy") e informar o número ao CFMV para eventuais necessidades de comunicação no ato da prestação de serviço.

8. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. (...)

9. DO VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO

9.1. (...)

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

10.4. Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras.

10.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

10.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

10.7. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

10.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.7.2. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.7.3. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

10.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-saúde e intrajornada quando for devido;

10.8.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

10.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

10.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação do empregado necessário ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer materiais, equipamentos, e demais insumos necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

11.1.1. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), em especial os EPI's exigidos por Lei para prevenção e combate à pandemia da COVID-19) devem ser fornecidos pela CONTRATADA ao seu profissional alocado, antes do primeiro dia de execução do contrato, de acordo com as características da categoria profissional.

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração.

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- 11.5.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 11.6.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 11.7.** Disponibilizar à CONTRATANTE o empregado devidamente identificado por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso (EM ESPECIAL OS EPI'S EXIGIDOS POR LEI PARA PREVENÇÃO À PANDEMIA DA COVID-19).
- 11.8.** A empresa CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MPDG nº 5/2017:
- Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
 - Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;
 - Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
 - Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- 11.9.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MPDG nº 5/2017;
- 11.10.** Deverá ser substituído em no máximo 02 (duas) horas após a ocorrência, o motociclista que, durante a execução dos serviços, envolver-se em acidentes ou ter a sua motocicleta imobilizada por problemas mecânicos, dando segura continuidade à prestação dos serviços. A empresa deverá prontamente enviar e-mail à fiscalização do contrato, com nome completo e RG e/ou CPF e período em que será realizada a substituição e demais documentos que demonstram o vínculo e sua subordinação jurídica com a CONTRATADA.
- 11.11.** Nos casos de falta (justificada ou não) e atrasos sem prévia comunicação por parte da Contratada, deverá ser providenciada substituição do prestador de serviço, no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da comunicação do gestor/fiscal do contrato que ocorrerá via e-mail.
- 11.12.** Pelo descumprimento dos subitens 11.10 e 11.11, estará a Contratada sujeita às sanções contratuais.
- 11.13.** Caso o posto de serviço não seja ocupado em tempo hábil, ultrapassando o constante no item acima, de forma a ocasionar transtornos à Administração, o valor referente ao tempo de ausência do serviço deverá ser descontado do pagamento mensal devido à CONTRATADA, sem contar com o gasto com materiais.
- 11.14.** Nos casos de falta (justificada ou não) e atrasos sem prévia comunicação por parte da Contratada, a Contratada deverá providenciar a substituição do prestador de serviço, no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da comunicação do gestor/fiscal do contrato que ocorrerá via e-mail.
- 11.15.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 11.16.** Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 11.17.** Autorizar a Administração CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- a) Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 11.18.** Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo máximo de 02 (duas) horas, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 11.19.** Pelo descumprimento das comprovações exigidas nos subitens 4.5.1.1.1 e 4.5.1.2 que impactam diretamente na plena execução do serviço, estará a Contratada sujeita a aplicação de sanções contratuais ou até mesmo a rescisão do contrato.
- 11.20.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração.
- 11.21.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 11.22.** Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
 - Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
 - Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 11.23.** Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, conforme art. 68 da Lei nº 8.666/93, de forma presencial no mínimo 01 (uma) vez a cada 10 (dez) dias úteis e sempre que solicitado pelo gestor/fiscal.
- 11.24.** Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 11.25.** Fornecer, sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE:
- A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
 - Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 11.26.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11.27.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.28.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 11.29.** Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 11.30.** Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
- Para efeito de comprovação da comunicação, a CONTRATADA deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 11.31.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer:
- Alteração do projeto ou especificações, pela CONTRATANTE.
 - Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.
 - Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração.
 - Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei.
 - Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- f) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- 11.32.** Emitir documento fiscal do serviço, discriminando no corpo das mesmas ou em faturamento anexo o período a que se refere a etapa/parcela, o local do serviço, bem como destacar o número e o objeto do contrato firmado.
- 11.33.** A CONTRATADA deverá emitir o (s) documento (s) fiscal (is) válido(s) com o mesmo CNPJ que consta no instrumento contratual e na proposta econômica;
- 11.34.** A CONTRATADA responde pelos prejuízos causados ao CFMV, mesmo aqueles resultantes de caso fortuito ou força maior.
- 11.35.** CONTRATADA é responsável pela qualificação técnica de seus profissionais que lhe representam na prestação do serviço, devendo programar treinamentos e reciclagem dos profissionais sempre que perceber tal necessidade, às suas expensas, atualizando o CFMV das medidas tomadas.
- 11.36.** Manter sede, filial ou escritório na cidade de Brasília/DF com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.
- 11.37.** O prazo definido pelo ANEXO VII-A, da IN nº 05/2017 para comprovação da sede, filial ou escritório em Brasília/DF deverá ser respeitado, sob pena de rescisão contratual.
- 11.38.** Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a Administração CONTRATANTE utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos dos art. 64 a 66 da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 05/2017.
- 11.39.** Apresentar mensalmente nota fiscal/fatura até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, acompanhada dos devidos documentos de regularidade, nos moldes deste TR.
- 11.40.** Fornecer até o último dia útil do mês anterior, vale-transporte para utilização efetiva, por seus profissionais, em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa (Lei nº 7.418 de 16/12/85, alteração da Lei nº 7.619, de 30/09/87, regulamentada pelo Decreto Federal nº 95.247, de 17/11/87);
- 11.41.** Fornecer até o último dia útil do mês anterior, auxílio-refeição e/ou alimentação, que tenha ampla aceitação em estabelecimentos comerciais da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Tal benefício deverá ter o valor mínimo estabelecido em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho ao qual a CONTRATADA estiver vinculada;
- 11.42.** Fornecer até o quinto dia útil do mês subsequente a prestação do serviço o valor do salário previsto a ser pago na Convenção Coletiva de Trabalho à qual a CONTRATADA estiver vinculada não podendo ser inferior ao estabelecido no referido instrumento, conforme previsto CLT: " Art. 459 - O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 1 (um) mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações. § 1º Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido."

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. (...)

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. (...)

14. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO OU COOPERATIVA

14.1. (...)

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - apresentar documentação falsa;
 - deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - não mantiver a proposta;
 - cometer fraude fiscal;
 - comportar-se de modo inidôneo.
- 15.2.** Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:
- Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à
 - Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;
 - Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.
- 15.3.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme art. 87 da Lei nº 8.666/93:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

15.3.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

15.3.2. Multa de:

15.3.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

15.3.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

15.3.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

15.3.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

15.3.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

15.3.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

15.3.4. Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar CFMV, pelo prazo de até dois anos;

15.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

15.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

15.5. As sanções previstas nos subitens 15.3.1, 15.3.4 e 15.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15.6. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

- 15.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 15.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 15.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.10. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATADA estará sujeita ainda, nos casos em que as multas e sanções aplicadas não sejam suficientes para compensar os danos suportados pela Administração, ao pagamento de uma indenização suplementar.
- 15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CFMV serão deduzidos da garantia prestada, respondendo o contratado pela diferença nas hipóteses de insuficiência daquela a ser descontada de pagamentos eventualmente devidos pela CFMV, ou cobrada judicialmente.
- 15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 16.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor de 5%, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração CONTRATANTE.
- 16.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
 - 16.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 16.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.
- 16.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 16.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
 - 16.3.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 16.3.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
 - 16.3.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.
- 16.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 16.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica a ser informada pela CONTRATANTE, com correção monetária.
- 16.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 16.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 16.8. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 16.9. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no item 1.2, 'c', do anexo VII-B da IN SLTI/MPDG nº 05, de 2017, observada a legislação que rege a matéria.

16.10. Após a execução do contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da CONTRATADA em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.

16.11. Será considerada extinta a garantia:

16.11.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

16.11.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 05/2017.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado mensalmente pela CONTRATANTE no prazo de até 05 (cinco) dias úteis do mês subsequente a prestação do serviço, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser apresentada no máximo até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a prestação do serviço.

17.1.1. A não apresentação da nota fiscal/fatura dentro do prazo estabelecido poderá implicar em sanções, caso seja reincidente o seu descumprimento.

17.2. A Nota Fiscal/Fatura será emitida e apresentada pela CONTRATADA de acordo com os seguintes procedimentos:

17.2.1. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar juntamente com a nota fiscal a seguinte documentação comprobatória das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas;

17.2.2. Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

17.2.3. Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal);

17.2.4. Certidão Negativa de tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos (se for o caso);

17.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

17.3. O fiscal do contrato realizará a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela empresa, e caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4. A nota fiscal deverá ser apresentada ao Setor de Protocolo do CFMV na data de emissão.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

17.6. Após essa verificação, o fiscal do contrato deverá comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado referente aos postos de trabalho utilizados no período do faturamento.

17.7. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

17.7.1. Não sendo regularizada a situação da CONTRATADA no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

17.8. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

17.9. A partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, incluída a comprovação da sua regularidade fiscal e trabalhista, o gestor/fiscal do contrato fará o recebimento definitivo "atesto", ato que concretiza a execução dos serviços.

17.10. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas formalmente ao CFMV, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

17.11. O CNPJ que deverá constar nos documentos fiscais apresentados deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou no contrato.

17.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.13. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

17.15. Caso haja reincidência da irregularidade a CONTRATANTE providenciará advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

17.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.17. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa. Da rescisão não decorre prejuízo à aplicação de sanção correspondente.

17.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.19. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

17.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.21. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.22. À exceção dos contratos de telefonia ou que a CONTRATANTE figure como usuária de serviço público essencial de energia elétrica, água e esgoto e serviços postais, a CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

17.23. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX/100)/365$, onde TX = 6% (Percentual da taxa anual de juros de mora)

18. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

18.1. A CONTRATADA concorda e autoriza o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo CFMV em conta-depósito vinculada específica, em nome da CONTRATADA, bloqueada para movimentação (Anexos I e II).

18.2. O montante dos depósitos da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões e respectivos percentuais:

- 13º (décimo terceiro) salário - 8,33%;
- Férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias – 12,10%;
- Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa – 5,00%; e
- Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no inciso II do Art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991.

18.3. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre a CONTRATANTE e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

18.4. Os valores referentes às provisões mencionadas que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa CONTRATADA e deverão ser discriminados separadamente em planilha a ser entregue juntamente com a nota fiscal.

18.5. Os valores provisionados somente serão liberados para o pagamento das verbas de que trata e nas seguintes condições:

- Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de emprego vinculado ao contrato; e
- Ao final da vigência do contrato, para pagamento das verbas rescisórias.

18.6. A CONTRATADA poderá solicitar a autorização da CONTRATANTE para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

18.7. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela CONTRATANTE, será



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

18.8. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

18.9. A empresa deverá apresentar a CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

18.10. No momento do encerramento do contrato, o saldo remanescente dos recursos depositados na conta vinculada apenas será liberado após a comprovação, por parte da CONTRATADA, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

19. DA VIGÊNCIA

19.1. (...)

20. DA REPECTUAÇÃO

20.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017.

20.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

20.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

20.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

20.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

20.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

20.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

20.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

20.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

20.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

20.7.1. Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

20.7.2. Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

20.7.3. Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

20.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

20.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

20.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

20.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- 20.12.** Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 20.12.1.** Quando a repactuação se referir aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se especialmente o índice IPCA que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da CONTRATADA, sem prejuízo das verificações abaixo mencionadas:
- 20.12.2.** Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- 20.12.3.** As particularidades do contrato em vigência;
- 20.12.4.** A nova planilha com variação dos custos apresentados;
- 20.12.5.** Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- 20.12.6.** A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.
- 20.13.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 20.13.1.** A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 20.13.2.** Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 20.13.3.** Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 20.14.** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 20.15.** A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 20.16.** O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 20.17.** As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 20.18.** O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 20.19.** Nas eventuais prorrogações do contrato os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação. Os custos provisionados e não utilizados no decorrer do primeiro ano de contrato, quando da prorrogação, serão excluídos.
- 20.20.** O gestor do contrato deverá avaliar todos os custos que não foram utilizados e fazer a supressão. Caso tenham sido utilizados, mesmo que parcial, deverão compor novamente a planilha para fins de prorrogação, de forma complementar/proporcional.
- 20.21.** São eventos passíveis de eliminação total ou parcial, entre outros: Aviso Prévio Indenizado, Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado, Aviso Prévio Trabalhado.

21. DA RESCISÃO

- 21.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 21.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 21.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 21.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 21.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 21.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 21.4.3.** Indenizações e multas.

Brasília, 28 de janeiro de 2021.

Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência.

Mailla da Silva Ali Fontes
Assistente de Suporte Administrativo
Mat. CFMV nº 0338

Almi Ferreira de Souza
Chefe da DIVIM
Matr. CFMV nº 0609



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ANEXO I DO TR – MODELO DE AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO CFMV Nº ___/2021

_____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a). _____ (nome do representante), portadora da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, **AUTORIZA** o (a) **CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV**, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do **Pregão Eletrônico CFMV nº 01/2021**:

- 1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa (**indicar o nome da empresa**) junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) **CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV**, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.
- 3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

..... de de 20.....

(Assinatura do representante legal do licitante)

ANEXO II DO TR - MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUES NO PAGAMENTO MENSAL E DE RETENÇÃO E UTILIZAÇÃO DA GARANTIA

CONTRATO CFMV Nº ___/2021

_____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, **AUTORIZA**, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos correspondentes do Edital:

- (X) que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidas aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;
- (X) que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017
- (X) que os valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS sejam retidos na fatura e depositados diretamente nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados na execução do contrato, observada a legislação específica, e conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;
- (X) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

Município de _____, em ____ de _____ de _____

(Assinatura do representante legal do licitante)

Este documento foi assinado digitalmente por Danielle Ferreira Gonçalves. Para ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4354-C2F7-4811-8187. Contrato CFMV nº 03/2021

Página 13



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ANEXO III DO TR – MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Pregão Eletrônico nº 01/2021 - Processo Administrativo nº 3130/2020

TERMO DE COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA E A EMPRESA VINCULADO AO CONTRATO RELIZADO POR MEIO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021, PROCESSO Nº 3130/2020 CELEBRADO ENTRE AS PARTES.

A EMPRESAcom sede na, nº....., CEP XXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo representante legal, Sr. (a), (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), portador da cédula de identidade RG nº, inscrito no CPF sob nº, abaixo firmado, assume o compromisso de: Manter por si, seus representantes, colaboradores, empregados, prepostos e prestadores de serviço, todas as informações a que tenha acesso em função do Termo de Contrato CFMV nº ___/2021, decorrente do Pregão Eletrônico nº 01/2021, Processo nº 3130/2020, em caráter de estrita confidencialidade, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, bem como utilizá-las para fins diferentes dos previstos no presente contrato, comprometendo-se a:

- i. Não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral presente ou futuro, ou para uso de terceiros;
- ii. Não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso relacionado aos serviços acima mencionados;
- iii. Não se apropriar para si ou para outrem de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponibilizado através da prestação dos serviços ora contratado;
- iv. Não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

Para os propósitos deste TERMO entende-se como “Informações confidenciais” toda e qualquer informação revelada durante o período de prestação de serviços, que se deve entender de maneira justificada como confidencial ou de propriedade exclusiva do CONTRATANTE.

A CONTRATADA, com a assinatura deste TERMO, declara ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir, pelo seu descumprimento.

Brasília, de.....de 2021.

Nome e assinatura do representante legal (carimbo da empresa)

ANEXO IV DO TR – MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA VINCULADA

(Nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____ sediada (endereço completo) _____, em cumprimento ao disposto no art. 18 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, AUTORIZA o Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.119.784/0001/71, situado no SIA Trecho 06, Lote 130 e 140, Brasília/DF, CEP: 71205-060, a solicitar junto a Instituição Bancária (Banco do Brasil S/A), a abertura de conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, exceto quando autorizada pelo MP, em nome desta empresa, com a finalidade de depositar mensalmente os valores correspondentes as provisões previstas no anexo VII das mencionadas Instruções Normativas e no Edital do Pregão Eletrônico CFMV nº 01/2021.

_____, _____ de _____ de 2021.

(Nome e assinatura do representante legal)



Brasília-DF, 24 de fevereiro de 2021.

AO

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ENTREGA DAS PROPOSTAS até: 24/02/2021 às 10:00 hrs

Ref. Pregão: PREGÃO Nº 01/2021
Processo Administrativo nº 3130/2020

Prezados (as),

O **GRUPO RAI0** - Segurança e Serviços, com sede na QSD 53 Lote 01 Loja 01A – Edifício Adonai – Taguatinga Sul – Brasília-DF, Telefone: (61) 3048-3636, vêm pela presente submeter à apreciação de V.S. a proposta para execução de serviços sob condições e preços a seguir:

OBJETO

Contratação de empresa especializada com dedicação exclusiva de mão de obra na prestação de serviço de atividade de 01 (um) mensageiro motorizado (motoboy), incluindo o fornecimento do veículo (motocicleta) e todo insumo necessário à execução destes serviços, para o Conselho Federal de Medicina Veterinária –CFMV, em Brasília/DF.

PREÇOS

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para a execução dos serviços conforme discriminado no Termo de Referência pelo preço mensal de **três mil setecentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos** e global de **quarenta e quatro mil setecentos e noventa e nove reais** período de 12 (doze) meses, nos termos do ato convocatório e das planilhas de custos e formação de preço em anexo.

DECLARAÇÕES

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Ato Convocatório e seus Anexos.

Declaramos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento dos produtos em nosso estabelecimento. O pagamento será mensal, de acordo com o disposto no Edital e Anexos.

O Sindicato da Categoria é o Sindicato dos Motociclistas Profissionais do DF - SINDMOTO, data base em 01/01/2020.

QSD 53 Lote 01 Loja 01, Edifício Adonai, Taguatinga Sul,

Brasília-DF CEP: 72.020-530

Este documento foi assinado digitalmente por Daniela Ferreira Gonçalves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portalassinaturas.com.br:443> e utilize o código 4354-C2F7-4811-8187.
Fone: (61) 3048-3636 - www.gruporaio.com



VALIDADE DA PROPOSTA

O prazo de validade de nossa proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da entrega das propostas.

DADOS DA EMPRESA E DE SEU REPRESENTANTE LEGAL

Razão Social: JDR SERVICES LTDA - ME

CNPJ/MF: 22.463.530/0001-09

Razão Social: CNPJ/MF:

Endereço: QSD 53 LOTE 01 LOJA 01A - Edifício Adonai

Tel/Fax: (61) 3048-3636

CEP: 72.020-530

Cidade: Brasília

UF: DF

Dados Bancários: Banco do Brasil (001) Agência 1235-1 Conta Corrente 75705-5

E-mail: danielle@gruporaio.com

Representante Legal:

Nome: Danielle Ferreira Gonçalves

Telefone: (61) 99800-6268

Endereço: QSD 53 LOTE 01 LOJA 01A - Edifício Adonai

CEP: 72.020-530

Cidade: Brasília

UF: DF

CPF/MF: 011.159.931-86

Cargo/Função: Diretora Administrativa

Cart. Ident. Nº 2.419.610 - SSP-DF

Naturalidade: Anápolis-GO

Nacionalidade: Brasileira

Esperamos que as informações apresentadas atendam às suas expectativas, colocamo-nos desde já a disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Sem mais para o momento e no aguardo de vosso honroso pronunciamento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

DANIELLE FERREIRA GONÇALVES

Representante Legal

Danielle Ferreira Gonçalves Raio
Diretora Administrativa
Grupo Raio

GRUPO RAIO

DANIELLE FERREIRA GONÇALVES

Representante Legal



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Quadro resumo - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Item	Tipo de Serviço	CBO	Valor proposto por empregado	Qtde. de postos	Valor proposto por posto	Qtde. de empregados por posto	Valor total do serviço/mensal	
1	Motoboy	5191	R\$ 3.733,25	1	R\$ 3.733,25	1	3.733,25	
Valor Total Mensal							1	3.733,25

Quadro demonstrativo – VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

Descrição		Valor (R\$)
1	Motoboy	44.799,00
Valor global da proposta		44.799,00


DANIELLE FERREIRA GONÇALVES
Representante Legal
Danielle Ferreira Gonçalves Raio
Diretora Administrativa
Grupo Raio

GRUPO RAI0
DANIELLE FERREIRA GONÇALVES
Representante Legal

QSD 53 Lote 01 Loja 01, Edifício Adonai, Taguatinga Sul,
Brasília - DF CEP. 72.020-530

Este documento foi assinado digitalmente por Danielle Ferreira Gonçalves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> ou utilize o código 4354-C2F7-4811-8187.
Fone: (61) 3043-3636 www.grupo-raio.com

Este documento foi assinado digitalmente por Danielle Ferreira Gonçalves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 4354-C2F7-4811-8187.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

MOTOBOY 44 horas/ semanais

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	24/02/2020
B	Município/UF	Brasilia - DF
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2019/2020
D	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	SINDIMOTO
E	CBO	5191
E	Nº de meses de execução contratual	12

Tipo de Serviço	Unidade	Quantidade a Contratar
MOTOBOY 44 horas/ semanais	POSTO	1

COMPOSIÇÃO REMUNERAÇÃO

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço	MOTOBOY 44 horas/ semanais
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.195,77
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2020

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.195,77
B	Súmula TST 444	R\$ 0,00
C	Adicional de periculosidade	R\$ 358,73
D	Adicional noturno	R\$ 0,00
E	Hora noturna adicional	R\$ 0,00
F	Adicional de Hora Extra	R\$ 0,00
G	Intervalo Intra jornada	R\$ 0,00
H	Outros (Feriado Nacional)	R\$ 0,00
Total da Remuneração		R\$ 1.554,50

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS			
2.1	13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	R\$ 129,49
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$ 188,09
TOTAL		20,43%	R\$ 317,58

Este documento foi assinado digitalmente por Danielle Ferreira Goncalves. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 4354-C2F7-4811-8187.



2.2	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 374,42
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 28,08
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 18,72
D	INCRA	0,20%	R\$ 3,74
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 46,80
F	FGTS	8,00%	R\$ 149,77
G	Riscos Ambientais do Trabalho – SAT x FAP	1,50%	R\$ 28,08
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 11,23
TOTAL		35,30%	R\$ 660,84

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 0,00
	<i>Desconto Vale Transporte (6%)</i>	R\$ 0,00
B	Auxílio Alimentação	R\$ 414,70
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ 0,00
D	Seguro de vida	R\$ 0,00
E	Assistência Odontológica	R\$ 0,00
F	Outros (especificar)	R\$ 0,00
Total de Benefícios mensais e diários		R\$ 414,70

MÓDULO 2 - RESUMO GERAL ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias	R\$ 317,58
2.2	Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 660,84
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 414,70
Total Geral		R\$ 1.393,12

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,417%	R\$ 6,48
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,033%	R\$ 0,51
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o aviso prévio indenizado	0,167%	R\$ 2,59
D	Aviso prévio trabalhado	1,944%	R\$ 30,21
E	Incidência do encargos submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado	0,696%	R\$ 10,81
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o aviso prévio trabalhado	0,780%	R\$ 12,12
TOTAL		4,037%	R\$ 62,72

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1	Ausências legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	R\$ 14,45
B	Substituto na cobertura de Ausências legais	0,28%	R\$ 4,35
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	0,125%	R\$ 1,94
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de trabalho	0,333%	R\$ 5,17
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,125%	R\$ 1,94
F	Substituto na cobertura de Outras ausências	0,000%	R\$ 0,00
TOTAL		1,79%	R\$ 27,85



4.2	Intrajornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00

MÓDULO 4 - RESUMO GERAL CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências legais	R\$ 27,85
4.2	Intrajornada	R\$ 0,00
	Total Geral	R\$ 27,85

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 96,58
B	EPI's	R\$ 0,00
C	Equipamentos/Materiais	R\$ 183,34
	Total de Insumos diversos	R\$ 279,92

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro - LDI	%	Valor (R\$)
A	Despesas Indiretas	1,38%	R\$ 45,79
B	Lucro	1,38%	R\$ 46,42
C	Tributos	8,65%	R\$ 322,93
	C1. Tributos Federais - PIS	3,00%	R\$ 112,00
	C2. Tributos Federais - COFINS	0,65%	R\$ 24,27
	C3. Tributos Municipais - ISS	5,00%	R\$ 186,66
	Total LDI	11,41%	R\$ 415,14

Quadro Resumo por empregado		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 1.554,50
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.393,12
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	R\$ 62,72
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 27,85
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ 279,92
Subtotal (A + B +C+ D)		R\$ 3.318,11
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, tributos e lucro	R\$ 415,14
Valor total por empregado		R\$ 3.733,25



Planilha Composição de Custos - Uniformes
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

EQUIPAMENTOS DE USO PERMANENTE					
Item	Detalhamento	Period.	Qtd. Anual	Valor Unitário	Valor Total
1	Aparelho de Celular	60	1	1.000,00	16,67
2	motocicleta	60	1	10.000,00	166,67
Custo Total por Prestador					183,34
Custo Total por Prestador					183,34

RESUMO		Valor
Item	Detalhamento	Valor
4	EQUIPAMENTOS DE USO PERMANENTE	R\$ 183,34
Custo total mensal por empregado		R\$ 183,34


DANIELLE FERREIRA GONÇALVES
Representante Legal
Danielle Ferreira Gonçalves Raio
Diretora Administrativa
Grupo Raio

GRUPO RAI0
DANIELLE FERREIRA GONÇALVES
Representante Legal

Este documento foi assinado digitalmente por Danielle Ferreira Gonçalves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 4354-C2F7-4811-8187.



Planilha Composição de Custos - Uniformes
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Uniformes Motoboy					
Item	Detalhamento	Period.	Qtd. Anual	Valor Unitário	Valor Total
1	Calça jeans comprida	12	4	48,98	16,33
2	Camisa manga longa	12	4	35,00	11,67
3	Tênis	12	1	55,00	4,58
4	Meia	12	6	3,00	1,50
5	Luvas para motociclistas	12	4	30,00	10,00
	Capacete	12	2	100,00	16,67
7	Máscaras prevenção Covid-19	12	600	0,50	25,00
TOTAL					96,58

RESUMO		
Item	Detalhamento	Valor
2	Uniformes Motoboy	R\$ 96,58
Custo Total		R\$ 96,58


DANIELLE FERREIRA GONÇALVES
Representante Legal
Danielle Ferreira Gonçalves Raio
Diretora Administrativa
Grupo Raio

GRUPO RAI0

DANIELLE FERREIRA GONÇALVES

Representante Legal

Este documento foi assinado digitalmente por Danielle Ferreira Gonçalves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 4354-C2F7-4811-8187.



**PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS
MEMÓRIA DE CÁLCULO**

2.1	13º Salário e Adicional de Férias	%	Fundamento
A	13º Salário	8,3333%	Art. 7º, VIII, CF/88.
B	Adicional de Férias	12,100%	Art. 7º, XVII, CF/88.
TOTAL		20,43%	

2.2	Encargos previdenciários e FGTS	%	Fundamento
A	INSS	20,00%	Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91.
	SESI ou SESC	1,50%	Art. 3º, Lei n.º 8.036/90.
C	SENAI ou SENAC	1,00%	Decreto n.º 2.318/86.
	INCRA	0,20%	Lei n.º 7.787/89 e DL n.º 1.146/70.
E	Salário Educação	2,50%	Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043/82.
F	FGTS	8,00%	Art. 15, Lei nº 8.030/90 e Art. 7º, III, CF.
G	Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP O cálculo do RAT ajustado é feito mediante a aplicação da fórmula: RAT ajustado = RAT x FAP. A aplicação mínima ou máxima do FAP (0,5 ou 2,00) sobre as alíquotas do RAT (1% a 3%) levará o percentual ajustado do RAT a uma variação de 0,5% a 6%.	1,50%	Lei 8.212/91 - Art. 22, inciso II, alíneas "b" e "c", Decreto 6.042/2007 - Aliquotas SAT em função do FAP, Decreto 6.957/2009 - Aliquotas SAT em função do FAP, Anexo da Resolução MPS/CNPS nº 1.316/2010 - Fator Acidentário FAP
H	SEBRAE	0,60%	Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8.154/90.
TOTAL		35,30%	

3	Provisão para Rescisão	%	Fundamento
A	Aviso prévio indenizado	0,417%	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss, CLT
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,033%	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss, CLT
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,167%	IN 05/17 - (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)
D	Aviso prévio trabalhado	1,944%	Acórdão 3.006/2010 – Plenário - vide
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio	0,696%	Acórdão 3.006/2010 – Plenário - vide
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,780%	IN 05/17
TOTAL		4,04%	

4.1	Ausências legais	%	Fundamento
A	Férias	0,93%	Art. 7º, VIII, CF/88.
B	Ausências legais	0,28%	Art. 473 da CLT.
C	Licença paternidade	0,125%	Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, § 1º, da CLT.
D	Ausência por Acidente de trabalho	0,333%	Art. 19 a 23 da Lei n.º 8.213/91.
E	Afastamento Maternidade	0,125%	Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, § 392º, da CLT.
F	Outras ausências	0,00%	Art. 473 da CLT.

Índices já utilizados pela empresa baseados em informações sobre tais quesitos passada pelo nosso departamento pessoal.



DANIELLE FERREIRA GONÇALVES

Representante Legal

Danielle Ferreira Gonçalves Raio
Diretora Administrativa
Grupo Raio

GRUPO RAI0
DANIELLE FERREIRA GONÇALVES
Representante Legal

QSD 53 Lote 01 Loja 01, Edifício Adonai, Taguatinga Sul,
Brasília – DF CEP: 72.020-530

Fone: (61) 5048-5636 - www.gruporaio.com

Este documento foi assinado digitalmente por Danielle Ferreira Gonçalves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 4354-C2F7-4811-8187.

Este documento foi assinado digitalmente por Danielle Ferreira Gonçalves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 4354-C2F7-4811-8187.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4354-C2F7-4811-8187> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4354-C2F7-4811-8187



Hash do Documento

F2D5F29D00DF1D367D98B80D0FD8557A35CA7239C1FB26C5EAC68CCC238F7BB9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/04/2021 é(são) :

Danielle Ferreira Goncalves - 011.159.931-86 em 08/04/2021

12:36 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - JDR SERVICES LTDA -

22.463.530/0001-09

